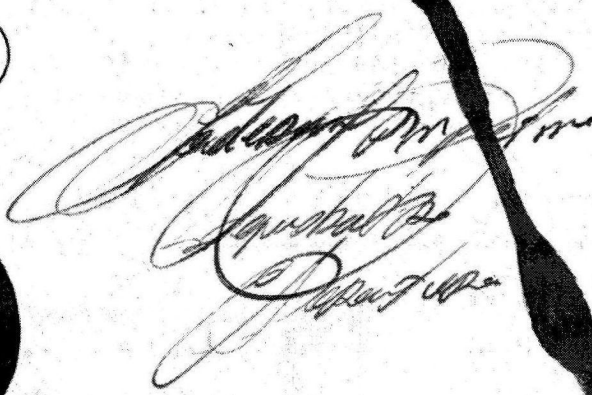
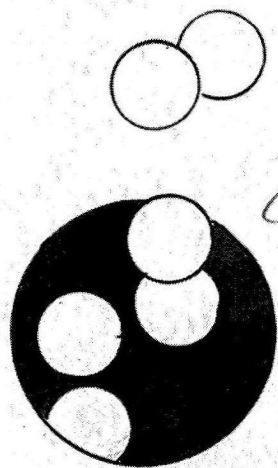


Capítulo 10 →



Divida Publica

03/01/2002

Valor

Orçamento federal e o desenvolvimento

“O desperdício e mau direcionamento dos recursos existentes são gritantes.” Por Abram Szajman

A dívida pública do governo federal subiu seis vezes em sete anos. Saltou de R\$ 65 bilhões em 94 para R\$ 418 bilhões hoje. Manter o superávit fiscal primário, de 3,5% a 4% do PIB, e jurar que a inflação do ano que vem não vai passar dos 3,5% (já que neste supera os 7%), são os únicos fundamentos da economia brasileira sobre os quais as autoridades arriscam prognósticos. Sobre retomar o desenvolvimento e reduzir o desemprego, que novamente bateu recordes em outubro, não há, infelizmente, qualquer diretriz traçada.

Evidentemente, não é o caso de permitir que o Estado volte a ser deficitário, nem muito menos o retorno da inflação descontrolada. Nada disso. A estabilidade da moeda e a responsabilidade fiscal de não se admitir que os governos gastem mais do que arrecadam, são conquistas de toda a sociedade. É consenso, é óbvio. Também é consenso que o poder público tem responsabilidade sobre o planejamento da economia e seu direcionamento. Quem empresaria no Brasil precisa de um rumo. Os instrumentos da política econômica existem para fazer esse papel.

O superávit não pode ser entendido na base do quanto maior melhor. Também não basta saber onde se quer chegar. É preciso definir o jeito de caminhar. Ou seja: como se obter esse superávit? Aumentando ainda mais os impostos? Deixando a área social — saúde e educação, por exemplo — sem recursos? Fingindo que não se vê a infraestrutura do País deteriorar, como ocorreu no caso da crise energética?

Os meios com que o superávit foi obtido no Brasil são muito discutíveis. A elevação brutal da carga tributária de 22% do PIB antes do Plano Real para mais de 33% do PIB em 2001 não pode ser esquecida. Enquanto isso, os gastos correntes do governo continuaram a crescer. É preciso discutir como gastar os recursos da arrecadação tributária. Gastos correntes geram pouco emprego, ao contrário dos investimentos em infra-estrutura.

A sinalização mais evidente de que o atual modelo é falho está na situação sócio-econômica de de-

semprego e exclusão. O conflito entre inflação e crescimento não pode se reduzir a mais quatro ou cinco anos de estagnação, com juros elevados prejudicando o setor produtivo, os consumidores e os investimentos. Essa política torna o dinheiro uma mercadoria escassa, concentra rendimentos no setor financeiro, enquanto as demais empresas vêem seus ativos e sua capacidade de gerar crescimento se deteriorarem.

A estratégia para mudar essa rota é conhecida. Foi usada no Estados Unidos, no Japão e na Europa. O mundo rico, ao contrário do que alguns fundamentalistas do mercado apregoam, tornou-se rico porque teve — e ainda têm — o Estado como indutor do seu desenvolvimento. E quais os instrumentos adequados para isto? Penso que não é preciso ganhar o prêmio

O mundo rico tornou-se rico porque teve — e ainda tem — o Estado como indutor do seu desenvolvimento

Nobel de Economia para se chegar ao entendimento de que entre as ferramentas adequadas está o Orçamento da União, e sua correta aplicação — além das políticas cambial, fiscal e monetária.

Como não ignoram os que estão realmente bem informados sobre as origens e causas dos nossos problemas, os recursos do Orçamento são canalizados muito mais para o custeio do aparato governativo e para o pagamento de juros, do que para o fomento da produção, a recuperação e ampliação da infraestrutura e os investimentos na área social. Sabe-se que analisar e distribuir recursos do orçamento é uma tarefa bastante complexa. Modificar o enfoque dos usos e fontes de recursos, tarefa ainda mais árdua, principalmente nos pontos onde é necessária a aprovação do Poder Legislativo. É preciso, por isso, muita vontade política para vencer os obstáculos.

O desperdício e mau direcionamento dos recursos existentes são gritantes e, em alguns casos, revoltantes. Esta é a situação, por exemplo, do crédito com dinheiro público. Há 16 anos e 14 presidentes da instituição o BNDES não tem uma política creditícia definida.

Mas tem uma prática: só libera dinheiro para grandes conglomerados, ignorando os pequenos. Financiar empresas maduras, de grande porte e saudáveis, não é difícil, e já existe um sistema privado capaz de fazê-lo. Agências de fomento do governo deveriam ter como papel principal o direcionamento de fundos para as atividades que não obtêm financiamento no mercado mas que estão na linha dos objetivos da política econômica, com projetos viáveis e podem gerar empregos. Vale lembrar que 60% dos empregos do país são gerados por empresas de pequeno porte.

Infelizmente, a lista dos equívocos é longa. Tome-se o caso das relações perigosas da Petrobrás e do Banco do Brasil com os respectivos fundos de pensão de seus funcionários. Aqui, o quinhão do empregador em relação ao empregado é de uma generosidade que espanta aos demais empregadores e empregados. O controle neste caso se faz mais do que necessário. O que é uma afronta se considerarmos que essas empresas estatais poderiam canalizar os mesmos recursos para investimentos produtivos geradores de empregos, em apoio a segmentos empresariais de menor porte.

A questão, então, depende da vontade política de quem controla o orçamento. Os gastos sociais e para recuperar a infraestrutura devem ser efetivamente prioritários, muito além de qualquer discurso político-partidário. Se recuperarmos não apenas a capacidade de gerar energia mas também as estradas, os portos, ampliarmos a navegação fluvial e a de cabotagem, entre outras áreas, estaremos criando as condições para que ocorram investimentos produtivos. Esses é o mesmo caso do destino que devem ter os empréstimos dos bancos oficiais e de fomento. Só assim evitaremos a armadilha de manter o controle da inflação e a estabilidade da moeda à custa do sacrifício do aparelho produtivo. O Orçamento deve servir ao País, ao seu desenvolvimento e ao combate à exclusão dos deserdados do mercado.

Abram Szajman, empresário, é presidente da Federação e do Centro do Comércio do Estado de São Paulo e presidente do Conselho de Administração do Grupo VR.